

O PAPEL DO ENFERMEIRO COMO EDUCADOR NA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DO ADOLESCENTE

Layna Rayza Araújo de Paiva¹
Luan Henrique Martins da Silva²
Kelly Karine Lima da Silva³
Rebeca Baraúna Guimarães⁴
Cleiry Simone Moreira da Silva⁵

Resumo: É considerado adolescente o indivíduo entre doze e dezoito anos de idade, sendo um período marcado por mudanças biológicas e início da vida sexual, que somadas a desinformação e a falta de métodos contraceptivos, podem se tornar um problema de saúde pública, como a gravidez não planejada e a exposição a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Nesse contexto, o estudo objetiva averiguar o papel do profissional de enfermagem como educador da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. A pesquisa trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com análise dos artigos científicos publicados de 2017 a 2022 nos bancos de dados: SCIELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Bases de Dados da Enfermagem (BDENF). A partir dos resultados, notou-se que a atuação do Enfermeiro tem como direcionamento a aplicabilidade da educação em saúde, com foco no aconselhamento contraceptivo, na consulta de enfermagem e na transmissão de conhecimentos através de jogos e metodologias ativas. Bem como, possui papel relevante na envoltura entre pais e filhos no diálogo sobre sexualidade, na implementação de métodos preventivos e ações estratégicas. Por fim, a pesquisa permitiu o desenvolvimento de um folder educativo conforme a temática e espera-se que a difusão do produto possa influenciar positivamente os profissionais na orientação da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes.

Palavras-chave: adolescente, educação sexual, enfermeiro.

Abstract: An adolescent is an individual between twelve and eighteen years of age, a period marked by biological changes and the beginning of sexual life, which, together with misinformation and the lack of contraceptive methods, can become a public health problem, such as non-pregnancy. and exposure to Sexually Transmitted Infections (STIs). In this context, the study aims to investigate the role of the nursing professional as an educator of the sexual and reproductive health of adolescents. The research is an integrative literature review, with analysis of scientific articles published from 2017 to 2022 in the following databases: SCIELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences) and Nursing Databases (BDENF). From the results, it was noted that the role of the Nurse is directed towards the applicability of health education, focusing on contraceptive counseling, nursing consultation and the transmission of knowledge through games and active methodologies. As well, it has a relevant role in the involvement between parents and children in the dialogue about sexuality, in the implementation of preventive methods and strategic actions. Finally, the research allowed the development of an educational folder according to the theme and it is expected that the dissemination of the product can positively influence professionals in the orientation on the sexual and reproductive health of adolescents.

Keywords: adolescent, sex education, nurse

¹ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Estácio da Amazônia, e-mail: paivalayna@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Estácio da Amazônia, e-mail: luanh2711@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Estácio da Amazônia, e-mail: kellykarine03@gmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Estácio da Amazônia, e-mail: rebecabarauna27@hotmail.com

⁵ Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Estácio da Amazônia, e-mail: cleiry.silva@estacio.com



1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) em consonância com diversos países, incluindo o Brasil, elaborou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dos quais é relevante destacar o número três, que visa garantir o acesso universal aos serviços de saúde reprodutiva e sexual, abrangendo educação, informação e o planejamento familiar (ONU, 2015).

O art. 2º da Lei nº 8.069 de julho de 1990 considera adolescente, o indivíduo entre doze e dezoito anos de idade, e mais à frente no art. 7º, garante a ele o direito a proteção à vida e à saúde, mediante a execução de políticas públicas sociais, concedendo um desenvolvimento harmonioso e saudável, em plenas condições de existência. Posto isso, foi instituída a Portaria 2.317 de 10 de setembro de 2021 com o incentivo financeiro para qualificar ações de atenção à saúde dos adolescentes na Atenção Primária, especialmente à prevenção da gravidez (BRASIL, 1990, 2021).

Ainda nos aspectos legais, cabe citar a Lei nº 13.798/2019 que criou a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na primeira semana de fevereiro, visando a disseminação de informações sobre medidas educativas que contribuam para a redução do número de casos (BRASIL, 2019).

A fase da adolescência pode ser entendida como a passagem da infância para a idade adulta, é uma ocasião em que ocorre transformações psicológicas e principalmente biológicas no indivíduo (SILVA et al., 2020). Nesse período, para uma parcela dessa população há o início da vida sexual, em decorrência da maturação genital e a capacidade de reprodução (RAMOS et al., 2018). Ter um olhar mais atento à sexualidade dos jovens é de suma importância, pois pode colaborar para a redução de problemas relacionados a vida pessoal e social deles (ALMEIDA et al., 2017).

Estudos mostram que a gravidez indesejada e as infecções sexualmente transmissíveis (IST) representam prejuízos à saúde do adolescente, tornando-se questões de saúde pública (VIEIRA et al., 2021). Em 2018, no Brasil, todos os novos casos diagnosticados do vírus da imunodeficiência humana (HIV) deram-se em adolescentes, com a transmissão sexual como



principal via (GARCIA et al., 2022). Igualmente, a taxa de gravidez indesejada é alta, em virtude da violência sexual, falhas dos métodos contraceptivos e a deficiência do acesso a informações pertinentes (CARDOSO et al., 2019).

A atividade sexual precoce e desprotegida dos adolescentes é um considerável fator de risco para exposição a infecções sexualmente transmissíveis (IST) e à gravidez não planejada (ALMEIDA et al., 2017). Diante desta realidade, vale destacar a relevância da participação de profissionais, em especial a do enfermeiro, que foi capacitado técnica e teoricamente para saber o manejo correto desse problema de saúde.

Nessa perspectiva, surgiu a questão norteadora “Como o profissional da enfermagem pode influenciar na educação sexual e reprodutiva dos adolescentes?”. Considerando a temática, este trabalho tem como objetivo averiguar a atuação do profissional de enfermagem como educador sexual e reprodutivo dos adolescentes na Atenção Básica. Justificando tal interesse pelo tema, a necessidade das práticas de educação em saúde para o público em questão, como também da apresentação do papel empenhado pelo enfermeiro nesse processo.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

No presente estudo de revisão integrativa de literatura, foram considerados artigos científicos em língua portuguesa, com abordagem qualitativa, que estivessem disponibilizados na íntegra e publicados no período de 2017 a 2022. Assim, foram selecionados 17 artigos de texto completo, tipo de documento: artigo e pesquisados nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Bases de Dados da Enfermagem (BDENF). A seleção dos estudos foi conduzida conforme a metodologia Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (MOHER et al., 2010).

Os descritores utilizados para localizar os artigos que constituíram o estudo foram: adolescente e educação sexual. Vale destacar que na leitura dos resumos, foram excluídos os artigos que apesar de abrangerem o assunto adolescentes, não continham, especificamente, o tema educação sexual e/ou eram artigos de língua estrangeira. É notável relatar que todas as



referências utilizadas são plausíveis com o objetivo deste trabalho. Veja a seguir o Tabela 1 com a estratificação dos artigos incluídos nesta revisão:

Tabela 1 - Procedimento de seleção dos artigos:

PROCEDIMENTO METODÓLOGICO			
Bancos de dados	LILACS	SCIELO	BDEFN
Descritores:	Adolescente/ Educação Sexual	Adolescente/ Educação Sexual	Adolescente/ Educação Sexual
Idioma: português	208	79	239
Ano de publicação: 2017 a 2021	115	22	83
Tipo de trabalho: Artigo	107	20	75
Abordagem: qualitativa	12	4	1
Amostra final	12	4	1

Fonte: Esquematizado pelos autores, 2022.

Posteriormente, o procedimento de análise dos dados foi realizado através do método de Bardin, denominada de análise de conteúdo que se divide em três fases: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos dados, seguindo o mesmo esquema de organização. Ainda, para contribuir com o método foi utilizado o software Iramuteq 7.2 para analisar os dados textuais (BARDIN, 1977).

A realização da análise sociolinguística, é um software gratuito e com fonte aberta, desenvolvido por Pierre Ratinaud e licenciado por GNU GPL (v2), que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e tabelas indivíduos/palavras. Por meio dele, pode ser organizada de forma compreensível e com representações gráficas, permitindo a avaliação das informações coletadas, discussões e análises (SALVIATI, 2017).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O SUS e as políticas públicas voltadas para a saúde sexual e reprodutiva

A Constituição de 1988 assegura em seu artigo nº 196 que a saúde é direito de todos e dever do Estado, onde deve ser garantido mediante a formulação e execução de políticas



voltadas à redução do risco de doença e de outros agravos, bem como, ao acesso universal às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Isso implica dizer que a saúde é reconhecida como um direito constitucional e que o Estado tem a incumbência de prover aos cidadãos as condições indispensáveis para o seu pleno exercício (BRASIL, 2012).

Com a finalidade de cumprir este objetivo, através da Lei nº 8.080/90, foi regulamentado o Sistema Único de Saúde (SUS) para proporcionar a toda população o acesso universal, integral e gratuito aos serviços de saúde. Sendo um marco histórico, o SUS abrange desde procedimentos básicos na Atenção Primária até os partos cesarianos de alta complexidade (BRASIL, 1990).

No que diz respeito ao envolvimento do SUS no campo da saúde sexual e reprodutiva, é importante ressaltar o direito ao planejamento familiar (PF) disposto no artigo 226 da Constituição Federal e na Lei nº 9.263 de 1996. Embasado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garante direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela população. Segundo a lei vigente, o PF é direito do cidadão e compete ao Estado o dever de proporcionar o acesso a recursos informativos, educacionais e as técnicas disponíveis para ter filhos ou não (BRASIL, 1996, 2012).

A Lei também prevê que as instâncias gestoras do SUS assumem o compromisso de viabilizar a atenção integral à saúde, em todos os ciclos vitais, incluindo a assistência à concepção, contracepção, pré-natal, parto, puerpério e ao neonato. Ainda, devem promover ações de controle e prevenção de cânceres (cérvico-uterino, mama, próstata, pênis) e controle das doenças sexualmente transmissíveis (BRASIL, 1996).

Por fim, o planejamento familiar também é orientado por medidas educativas e pelo acesso igualitário a informações, sendo uma ferramenta importante na área da saúde sexual e reprodutiva para desenvolver a educação em saúde com o público adolescente.

3.2 Atenção Primária e o papel do Enfermeiro na saúde sexual e reprodutiva do adolescente

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), aprovada pela Portaria 2.488/2011, estimula a adoção da Estratégia de Saúde da Família, priorizando a expansão, consolidação e





qualificação da Atenção Básica (AB), tal qual, aprimora a AB como significativa reorientadora do modelo de atenção à saúde, incentivando a educação permanente como prática concreta dos serviços de saúde. À vista disso, demonstra-se um ambiente promissor para desenvolver a educação em saúde com os adolescentes, uma vez que é a porta de entrada quanto a referência de atendimento (BRASIL, 2012, 2021).

O Ministério da Saúde publicou o Caderno nº 26 da Atenção Básica, intitulado Saúde Sexual e Reprodutiva. A publicação expõe que é imprescindível abordar o tema de sexualidade com os jovens e adolescentes, pois, em decorrência do desenvolvimento fisiológico que acontece nesta fase, surgem muitas dúvidas referentes às mudanças corporais, psicológicas e às primeiras experiências sexuais.

Segundo Brasil (2013, p. 64)

Os adolescentes têm direito a receber educação sexual e reprodutiva e a ter acesso às ações e serviços de saúde que os auxiliem a lidar com a sexualidade de forma positiva e responsável e os incentive a adotar comportamentos de prevenção e de cuidado pessoal.

Dentro deste contexto cabe destacar a importância do acolhimento, no qual, ao procurarem os serviços de saúde os adolescentes devem ser ouvidos com atenção e receber as orientações adequadas (BRASIL, 2013).

Na fase da adolescência, é habitual aparecerem as primeiras relações afetivas, que mesmo não sendo planejadas, levam às primeiras experiências sexuais. O adolescente comumente tem a sexualidade desarmoniosa, uma vez que, nem sempre a maturidade emocional é paralela a maturidade física. Deve-se considerar também outras circunstâncias que levam ao início prematuro da atividade sexual, como situações de exploração, coerção sexual e violência (KERNTOPF, 2016; VIEIRA et al., 2021).

Pesquisas sobre o conhecimento dos adolescentes acerca dos métodos contraceptivos, considerando variáveis socioeconômicas, mostrou que jovens com melhores condições sociais dispõem de informações de mais qualidade, ainda que insuficientes (PIANTAVINHA; MACHADO, 2022).

Diversos fatores podem instigar o comportamento contraceptivo, em destaque, das adolescentes, cabe citar os efeitos colaterais, influências sociais, crenças, acesso aos métodos,





conhecimento, fatores de relacionamento e motivações pessoais (SILVA et al., 2019). Diante disso, revela-se a importância da discussão do tema de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e gravidez precoce com a população mais jovem a fim de instruí-los com qualidade (GENZ et al., 2017).

O profissional de saúde tem o compromisso no aconselhamento contraceptivo e na promoção da saúde, como também importante papel na envoltura de pais e filhos no diálogo sobre sexualidade (MIRANDA et al., 2018). O conhecimento desse profissional sobre as práticas de saúde sexual aplicada pelas adolescentes possibilita a aplicação de estratégias mais eficazes de serem aderidas (ARAÚJO et al., 2020).

Recentemente foi aprovada pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) a Resolução nº 690/2022, que normatiza as condutas do profissional no Planejamento Familiar e Reprodutivo. Com o objetivo de promover melhor assistência aos cidadãos, o documento refere que dentro da equipe de enfermagem é privativo do Enfermeiro a atuação no Planejamento Familiar (PF) e reprodutivo, bem como, diz que os procedimentos do PF devem ser realizados no ato da consulta em cumprimento às etapas do Processo de Enfermagem, cabendo-lhe a prescrição, administração e procedimentos acerca dos métodos contraceptivos e contraceptivos disponíveis no SUS, com base em protocolos assistenciais. A resolução intui que a consulta de enfermagem é uma oportunidade promissora para prescrever cuidados e orientações aos adolescentes acerca de prevenção, esclarecimentos e promoção de autocuidado (COFEN, 2022).

A teoria de Dorothea Elizabeth Orem, defende que o autocuidado consiste em atitudes que o indivíduo desempenha em favor de si mesmo, beneficiando sua própria saúde e que nesta relação de autocuidado existem as funções do enfermeiro e do paciente (LIMA et al., 2017). Sendo importante para o adolescente entender a responsabilidade que ele possui pelo seu próprio corpo no desenvolvimento da qualidade de vida e servindo de ferramenta para os profissionais disseminarem conhecimento.

No que diz respeito ao papel do Enfermeiro como educador em saúde na Atenção Primária, estudos revelam que é uma característica primordial, tendo em vista que o profissional é capaz de perceber os problemas de seus pacientes e propor soluções viáveis a serem aplicadas no cotidiano, tal qual, planeja e executa ações em favor da saúde coletiva. De forma



humanizada, exerce sua missão dispondo orientações preventivas e não somente cuidando das doenças (SANTOS et al, 2018).

Com base nas atividades educativas realizadas através da Atenção Primária a Saúde, o enfermeiro permite que o adolescente possa assimilar o processo de saúde e doença que acontece em seu próprio organismo e assim adote hábitos de proteção, diminuindo os casos de ISTs e gestações indesejadas (BATISTA, 2021).

4 ANÁLISE E RESULTADOS

Inicialmente, é importante destacar que, o resultado está dividido em duas etapas: a) apresentação do quadro 2 com a divisão dos dados principais de cada artigo, rastreado a partir das bases de dados supracitados no item anterior e b) a síntese da categoria que emergiu a partir da análise de conteúdo: Categoria 1 – Atuação da Enfermagem e a difusão da educação sexual e reprodutiva dos adolescentes.

A amostragem contém: a identificação do estudo, nome dos autores, título, objetivo, ano de publicação e a revista. Foi encontrado 17 publicações, os quais referiam-se ao tema apresentado, então foram selecionados para compor este estudo (Tabela 2). Com respeito aos periódicos dos artigos, um foi encontrado com destaque: sendo 12 na base LILACS, 04 na SCIELO e 01 na BDEFN; os quais foram identificados em ordem cronológica: A1, A2, A3 e assim sucessivamente. Veja:

Tabela 2 - Distribuição dos estudos incluídos segundo base de dados, título do estudo, os autores, objetivo, nome do periódico e ano de publicação.

ARTIGOS	TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO	PERIÓDICO	ANO
A-I SCIELO	Cuidado de enfermagem materno-infantil para mães adolescentes: educação em saúde	Andrade, Dully Raquel et al.	Desenvolver uma intervenção educativa por meio de um jogo com abordagem de aspectos relacionados à maternidade na adolescência e cuidado da criança.	Revista Brasileira de Enfermagem-REBEn	2020
A-II SCIELO	Comportamentos sexuais: estudo em jovens	Miranda, Patrícia Sofia Ferreira et al.	Caracterizar os comportamentos sexuais em uma amostra de adolescentes e jovens.	Einstein-Publicação Oficial do Instituto Israelita de	2018





				Ensino e Pesquisa Albert Einstein	
A-III SCIELO	Doenças sexualmente transmissíveis: conhecimento e comportamento sexual de adolescentes	Genz, Niviane et al.	Avaliar o conhecimento e comportamento sexual de adolescentes sobre doenças sexualmente transmissíveis	Texto Contexto Enferm.	2017
A-IV SCIELO	Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez	Almeida, Rebeca Aranha Arrais Santos, et al	Investigar o conhecimento de adolescentes relacionado às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), AIDS e gravidez, além de conhecer a compreensão sobre o papel da escola na educação sexual.	Rev BrasEnferm	2017
A-V BDENF	Práticas de cuidado com a saúde sexual de jovens universitárias	Araújo, Agatha Soaresde Barros de et al.	Analisar as práticas de cuidado com a saúde sexual de estudantes universitárias e a vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis e agravos de saúde.	Revista Online de Pesquisa Cuidado é Fundamental	2020
A-VI LILACS	A gravidez na adolescência e os métodos contraceptivos: a gestação e o impacto do conhecimento	Ribeiro, Wanderson Alves et al.	Avaliar o conhecimento de adolescentes gestantes sobre métodos contraceptivos, o impacto que essa gestação causa na vida dessa adolescente e a maneira conforme essa informação é passada pelas adolescentes através do programa.	Revista Nursing	2019
A-VII LILACS	Promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: educação por pares	Santos, Marks Passos et al.	Descrever o processo de educação por pares, desenvolvido por jovens católicos como promotores da saúde sexual e reprodutiva na adolescência	Rev baiana enferm	2017
A-VIII LILACS	Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes	Vieira, Kleber José et al.	Identificar a prevalência do início da atividade sexual em adolescentes e a prática de sexo seguro entre os mesmos.	Escola Ana Nery	2021
A-IX LILACS	Uso de métodos anticoncepcionais por mulheres adolescentes de	Ramos, Larissa de Andrade Silva et al.	Identificar o uso de métodos contraceptivos por adolescentes de uma escola pública do interior do	Cogitare Enferm	2018





	escola pública		Maranhão.		
A-X LILACS	Diagnóstico do conhecimento dos adolescentes sobre sexualidade	Silva, Sílvia Manuela Dias Tavares da et al.	Realizar o diagnóstico do conhecimento dos adolescentes sobre sexualidade para a implementação, à posteriori, de um programa específico e direcionado de intervenção.	Acta Paul Enferm	2020
A-XI LILACS	Conhecimentos de adolescentes sobre métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis	Vieira, Kléber José et al.	Identificar os conhecimentos de adolescentes sobre práticas sexuais seguras e identificar as necessidades de informação dos adolescentes sobre infecções sexualmente transmissíveis e gravidez.	Rev baiana enferm	2021
A-XII LILACS	Contraceção de emergência: conhecimento do fármaco por adolescentes	Cardoso, Nathani Tereza Brasilda Cruz et al.	Identificar o conhecimento de adolescentes sobre a contraceção de emergência.	REUFPI Revista de Enfermagem da UFPI	2019
A-XIII LILACS	Representações sociais de adolescentes sobre a transmissão do HIV/AIDS nas relações sexuais: vulnerabilidades e riscos.	Garcia, Esmely Cabrera et al.	Compreender as representações sociais de adolescentes sobre vulnerabilidades e riscos para contrair o HIV/Aids nas relações sexuais.	Escola Anna Nery	2022
A-XIV LILACS	Gravidez na adolescência: uso de métodos anticoncepcionais e suas descontinuidades	Silva, Marielle Jeni Prasniewski da et al.	Analisar o uso de métodos anticoncepcionais (MAC) por adolescentes que engravidaram nesse período da vida.	REME RevMinEnferm	2019
A-XV LILACS	Comportamento de risco para infecções sexualmente transmissíveis em estudantes do ensino médio	Rizzon, Bruna Bazzi et al.	Avaliar o comportamento de risco para ISTs em estudantes do ensino médio de Urussanga-SC e o conhecimento deles acerca do assunto.	Femina	2020
A-XVI LILACS	Conhecimento sobre métodos contraceptivos de adolescentes atendidas em	Bruna Brandão Piantavinha , Márcia Sacramento	Investigar o conhecimento das adolescentes atendidas no Ambulatório de Ginecologia sobre os métodos contraceptivos.	Femina	2021





	Ambulatório de Ginecologia	Cunha Machado.			
A-XVII LILACS	Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural	Adriana Marcela Monroy-Garzon, KêniaLara da Silva.	Analisar o discurso sobre a sexualidade do adolescente no contexto rural e as perspectivas para romper com a ordem do discurso.	Interface	2022

Fonte: Esquematizado pelos autores, 2022.

Em concordância com os resultados da extração dos artigos nas bases de dados, emergiu a categoria a partir da análise de conteúdo de Bardin (1977); e logo em seguida foi atribuída a análise lexicográfica no software Iramuteq 7.2. Observe a categoria 1:

Categoria 1- Atuação da enfermagem e a difusão da educação sexual e reprodutiva dos adolescentes

Para análise do log de frequência foram analisados os 27 (vinte e sete) artigos, com o total de 4398 ocorrências, formas e 1159 números, hápax 643 (14,62% de ocorrências –55,48% de formas) com média de ocorrência por texto foi de 162.89. Veja a seguir os principais termos identificados a partir da análise lexicográfica (Tabela 3):

Tabela 3 - Formas (palavras) evidenciadas nos resumos por frequências

Formas	Eff
Adolescente	64
Sexual	51
Saúde	33
Conhecimento	27
Método	22
Relação	20
Educação	20
Uso	19
Contraceptivo	17
Estudo	17
Sexo	16
Escola	16
Ano	15
Não	15
Sexualidade	14
Gravidez	14
Sexualmente	14
Transmissível	14
Jovem	13
Dado	13
Descritivo	13

Fonte: IRAMUTEQ (2022)



5 DISCUSSÃO

O estudo de Vieira et al. (2021), discorre sobre a educação sexual e reprodutiva e o acesso à informação, como também serviços de saúde reprodutiva, tratando do papel do enfermeiro e das atribuições destacadas pela PNAB.

Nesse contexto, Ramos et al. (2018), observou no seu estudo que os jovens não procuram os profissionais de saúde para obter informações sobre os métodos contraceptivos e destaca a função do profissional na promoção de conhecimentos da saúde sexual, visando boas práticas contraceptivas. Os autores referem que o enfermeiro deve participar da redução da vulnerabilidade dos adolescentes nos casos de gravidez precoce e de ISTs através da efetivação de ações de saúde e medidas preventivas.

Corroborando com a temática, Garcia et al. (2022), defende estratégias que promovam o protagonismo com os adolescentes, usando por exemplo, o método de educação por pares e metodologias ativas. Andrade et al. (2020) argumenta sobre a importância da exploração de intervenções educativas dispendo de jogos interativos, contendo informações de saúde, visando diminuir as nuances de conhecimento sobre o tema. A educação em saúde com jogos é um recurso motivador, o qual favorece a discussão do tema, a promoção da aprendizagem e interação, assim como a produção de reflexão do cotidiano.

O estudo de Santos et al. (2017) ressaltou que os adolescentes precisam de ambientes que melhorem a comunicação entre eles, como por exemplo, seus próprios lares, onde há a participação do pilar fundamental: a família. Nesse estudo foi utilizado a educação por pares, que segundo os adolescentes, mostrou-se o método ideal para a abordagem da saúde sexual e reprodutiva, estratégia essa que rompe com modo tradicional de prevenção de doenças, estimulando o compartilhamento de experiências similares entre eles (SANTOS et al., 2017).

Genzs et al. (2017) trata que a promoção da educação sexual no contexto escolar, feitas por um profissional através de oficinas, pode ter resultados positivos nas mudanças entre os adolescentes, possibilitando palestras, reflexões e conversas entre escola e a família. Corroborando, Silva et al. (2020), aconselha intervenções dirigidas a temáticas como prevenção da gravidez, primeira relação sexual e aconselhamento em saúde, pois seu estudo constatou que nessas áreas há maior carência de informação.





No estudo de Vieira et al. (2021), evidenciou-se que o método mais conhecido pelos adolescentes é o preservativo masculino (94,4%), tendo em vista que a eficácia desse produto depende da técnica utilizada e disciplina do usuário, o que não é uma realidade entre os adolescentes. O estudo de Rizzon et al. (2021) concluiu que os hábitos sexuais do público em questão permanecem em um padrão quando relacionado ao uso de preservativo tanto na primeira como última relação sexual.

Além disso, outro estudo revelou que em geral as mulheres tendem a utilização do preservativo masculino como método contraceptivo, tal como a pílula anticoncepcional, tendo o início do uso do método e das atividades sexuais antes dos dezoito anos (ARAÚJO et al., 2020). Diante disso, Cardoso et al. (2019), enfatiza que o conhecimento adquirido pelas adolescentes não é proveniente de um profissional da saúde, apontando a importância do papel da enfermagem quanto a educação das adolescentes e aos fluxos de orientação sobre o uso da contracepção.

Observou-se que, na pesquisa de Andrade et al. (2020), o enfermeiro tem como responsabilidade a elaboração de planos de ações educativas, proporcionando mudanças para a população alvo. Informações que integram a utilização correta e os efeitos colaterais são importantes para a efetiva eficácia do método utilizado, demonstrando assim a relevância dos profissionais de saúde na busca da certificação de que os adolescentes entendam corretamente a administração dos métodos contraceptivos (SILVA et al., 2020).

Araújo et al. (2020), afirma que o profissional enfermeiro é de extrema importância para orientar o uso de métodos contraceptivos e da sexualidade em geral dos jovens, o seu desempenho junto da comunidade e grupos específicos, colabora com a autonomia e o autocuidado de cada indivíduo.

Constatou-se na pesquisa de Ribeiro et al. (2019), a importância da atuação do enfermeiro educador no desenvolvimento de palestras, englobando pais e filhos, fazendo uma abordagem anatômica e fisiológica, tal como sociais e emocionais, contribuindo para a mudança de hábitos.

E finalmente, Garzon e Silva (2022), informa que a ruptura das ideologias dominantes e do silenciamento está em uma prática lúdica educativa crítica e democrática da sexualidade, colocando assim os adolescentes como protagonistas desse processo.



Por fim, a pesquisa permitiu o desenvolvimento de um produto educativo conforme a temática. Espera-se que a difusão dele possa influenciar positivamente, na estimulação dos profissionais para a orientação e promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes.



A Importância da Educação Sexual para Adolescentes



Autores: Layna Rayza Araújo Paiva, Luan Henrique Martins da Silva, Cleiry Simone Moreira da Silva.

'Cuidar de nós é cuidar do próximo'

Referências

BRASIL. Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidade e dá outras providências. Diário Oficial da União, Presidência da República, Brasília-DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm. Acesso em: 21 mai 2022.

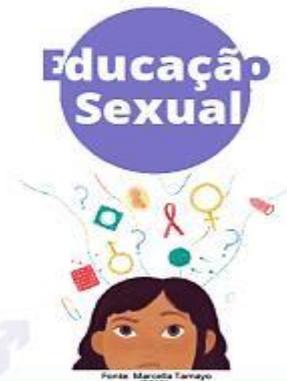
BRASIL. Ministério da Saúde. 01 a 08/02 - Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, Brasília-DF, 2020. Disponível em: <https://bvms.saude.gov.br/01-a-08-02-semana-nacional-de-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia/>. Acesso em: 21 mai 2022.

CARDOSO, Nathani Teresa Brasil da Cruz; et al. Contraceção de emergência: conhecimento do fármaco por adolescentes. Rev Enferm UFPL v. 8, n. 3, p. 30-5, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/2238-7234.8330-35>. Acesso em: 09 jun. 2022.

SOUZA, Lucas Santos. Conhecimentos e práticas de adolescentes acerca das Infecções Sexuais Transmissíveis (ISTs) nas escolas públicas do município de Aracaju/SE. São Cristóvão, SE, 2018. Monografia (graduação) em Farmácia) - Departamento de Farmácia, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.



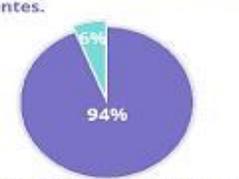
Educação Sexual



Boa Vista-RR 2022

Por Que a Educação Sexual é Tão Importante Para Crianças e Adolescentes?

Segundo Cardoso et al (2019) o início da vida sexual ainda na adolescência pode ser considerado precursor de muitos problemas sociais, como gravidez na adolescência, bem como as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). No ano de 2020, os dados do Conecta SUS (2021) expressam que 94% acontece entre 15 a 19 anos, correspondendo a 21.676 mães adolescentes. E os outros 6% representam a faixa etária de 10 a 14 anos, que corresponde a 1.409 mães adolescentes.



Fonte: Sinanci/Conecta SUS - MA - Março/2021

Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)

As ISTs são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos, disseminados principalmente através da relação sexual desprotegida. Observa-se o aumento acentuado da incidência de ISTs, sobretudo na população mais jovem, dos quais representam 25% de todas as ISTs são diagnosticadas em jovens com idade inferior a 25 anos (SOUZA, 2018).

Alguns Exemplos de ISTs

1. Herpes genital;
2. Sífilis;
3. Infecção pelo HIV;
4. Infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV);
5. Hepatites virais B e C.

Como se Proteger?

O uso do preservativo (masculino ou feminino) em todas as relações sexuais (oral, anal e vaginal) é o método mais eficaz para evitar a transmissão das ISTs.

Gravidez na Adolescência

A Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996 regula o planejamento familiar como direito de todo cidadão. Entretanto, no Brasil a gravidez indesejada é alta, em virtude da violência sexual, uso inadequado de contraceptivos e a deficiência do acesso a informações (BRASIL, 2020).

Métodos Contraceptivos

Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferta de maneira gratuita nove métodos contraceptivos:

1. Anticoncepcional injetável mensal;
2. Anticoncepcional injetável trimestral;
3. Pílula anticoncepcional de emergência (ou pílula do dia seguinte);
4. Minipílula;
5. Pílula combinada;
6. Diafragma vaginal;
7. Dispositivo Intrauterino (DIU);
8. Preservativo masculino;
9. Preservativo feminino

Fonte: CAHYA (2022). (BRASIL, 2020).

Figura 2- Folder sobre educação sexual
Fonte: Esquematizado pelos autores, 2022.



6 CONSIDERAÇÕES

Com base na pesquisa desenvolvida, notou-se que a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes ainda é questão de saúde pública e exige um olhar atencioso para ser realizada de maneira eficaz. Problemas como gravidez precoce não planejada e Infecções Sexualmente Transmissíveis continuam atingindo os adolescentes e gerando problemas físicos, sociais e psicológicos, visto que nesta faixa etária eles não detêm da maturidade necessária para lidar com estes acontecimentos.

Durante a pesquisa foi observado os obstáculos que maximizam este desafio, quanto a visão do tema como um “tabu”, o medo dos adolescentes em serem reprimidos, problemas no acolhimento dos atendimentos de saúde, a desinformação da população e o exercício de hábitos não preventivos.

Diante o exposto, os estudos que compuseram a amostra destacaram também a relevância que o profissional de enfermagem tem para contribuir na saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. O Enfermeiro no papel de educador em saúde tem atuado e influenciado positivamente através das consultas de enfermagem na Atenção Primária, das rodas de conversas, das oficinas interativas e dos projetos desenvolvidos em escolas. Bem como, tem utilizado estratégias inovadoras, abordando a temática através de jogos e metodologias ativas para promover conhecimentos, discussão dos assuntos e despertar o interesse do público em questão.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.A.A.S.; et al. Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. **Rev Bras Enferm**, v. 70, n. 5, p. 1087-94, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0531>>. Acesso em: 21 mai 2022.

ANDRADE, R.D.; et al. Cuidado de enfermagem materno-infantil para mães adolescentes: educação em saúde. **Rev Bras Enferm.**, v.73, n.4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0769> Acesso em: 21 mai 2022.

ARAÚJO, A.S. de B.de; et al. **Práticas de cuidado com a saúde sexual de jovens universitárias**. R. pesq.: cuid. fundam. online, p. 1215-1220, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v12.8626>. Acesso em: 23 mai 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição 70. Presses Univcrsitaires de France. 1977.

BATISTA, M. H. J et al. Atuação do enfermeiro na educação sexual na adolescência no contexto escolar. **Brazilian Journal of Development**. v. 7, n. 1, p. 4819-4832, 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/23078>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de julho de 1990**. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília-DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 mai 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] União. Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996**. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidade e dá outras providências. Brasília-DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm. Acesso em: 21 mai 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019**. Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Brasília-DF, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113798.htm. Acesso em: 10 mai 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. e. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional**



de Atenção Básica (PNAB). Brasília-DF, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 24 mai 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 2.317, de 10 de setembro de 2021.** Institui, em caráter excepcional, incentivo financeiro federal de custeio aos municípios e Distrito Federal para fortalecimento das ações de cadastramento e qualificação do processo de assistência aos adolescentes no âmbito da Atenção Primária à Saúde. Brasília-DF, 2021. Disponível em: https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt2317_14_09_2021.html. Acesso em: 10 mai 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 300 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 26)

CARDOSO, N.T.B. da C.; et al. Contracepção de emergência: conhecimento do fármaco por adolescentes. **Rev Enferm UFPI**, v. 8, n. 3, p. 30-5, 2019. Disponível em: [10.26694/2238-7234.8330-35](https://doi.org/10.26694/2238-7234.8330-35). Acesso em: 24 mai 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (BR). **Resolução nº 690 do Conselho Federal de Enfermagem, 03 de fevereiro de 2022.** (BR). 2022. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-690-2022_96063.html. Acesso em: 26 mai 2022.

GARCIA, E.C.; et al. **Representações sociais de adolescentes sobre a transmissão do HIV/AIDS nas relações sexuais: vulnerabilidades e riscos.** Esc Anna Nery, v. 26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0083>. Acesso em: 26 mai 2022.

GARZON, A.M.M.; SILVA, K.L. **Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural.** Interface (Botucatu), v. 26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210572>. Acesso em: 22 mai 2022.

GENZ, N.; et al. **Doenças sexualmente transmissíveis: conhecimento e comportamento sexual de adolescentes.** Texto Contexto Enferm, v. 26, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017005100015>. Acesso em: 26 mai 2022.

KERNTOPF, M. R.; et al. “Sexualidade na adolescência: uma revisão crítica da literatura.” (2016). **Rev. Adolesc Saude.** 2016; 13(2):106-13. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v13s2a13.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.



LIMA, G. K. S. de et al. **Autocuidado de adolescentes no período puerperal: aplicação da teoria de orem.** Revista de Enfermagem UFPE on line, [S.l.], v. 11, n. 10, p. 4217-4225, set. 2017. ISSN 1981-8963. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/231185>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MIRANDA, O.S.F.; et al. **Comportamentos sexuais: estudo em jovens.** einstein (São Paulo), São Paulo, v. 16, n. 3, eAO4265, set. 2018. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082018AO4265>. Acesso em: 21 mai 2022.

MOHER, David; LIBERATI, Alessandro; TETZLAFF, Jennifer; ALTMAN, Douglas G. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. **International Journal of Surgery**, Volume 8, Edição 8, 2010, Páginas 658. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijso.2010.02.007> Acesso em: 06 ago. 2022

ONU, Organização das Nações Unidas. **Objetivos de desenvolvimento sustentável.** Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 21 mai 2022.

PIANTAVINHA, B.B.; MACHADO, M.S.C. **Conhecimento sobre métodos contraceptivos de adolescentes atendidas em Ambulatório de Ginecologia.** FEMINA, v. 50, n. 3, p. 171-7, 2022.

RAMOS, L. de. A. S.; et al. **Uso de métodos anticoncepcionais por mulheres adolescentes de escola pública.** Cogitare Enferm, v. 3, n. 23, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v23i3.55230>. Acesso em: 21 mai 2022.

RIBEIRO, W.A.; et al. A gravidez na adolescência e os métodos contraceptivos: agestação e o impacto do conhecimento. **Revista Nursing**, v. 22, n. 253, p. 2990-2994, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36489/nursing.2019v22i253p2990-2994>. Acesso em: 21 mai 2022.

RIZZON, B.B.; et al. Comportamento de risco para infecções sexualmente transmissíveis em estudantes do ensino médio. **FEMINA**, v.49, n.1, p.52-7, 2021.

SALVIATI, Maria Elisabeth. (2017). **Manual do aplicativo Iramuteq.** Planaltina. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-mariaelisabeth-salviati>. Acesso em: 16 maio 2022.

SANTOS, A.P. et al (2018). O papel do enfermeiro como educador na atenção primária à saúde: uma revisão bibliográfica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde.** Disponível em: DOI: 10.25248/REAS157_2018. Acesso em: 21 mai 2022.

SANTOS, M.P.; et al. Promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: educação por pares. **Rev baiana enferm.**, v. 31, n. 3, 2017.

Disponível em: <https://doi.org/10.18471/rbe.v31i3.21505>. Acesso em: 22 mai 2022.

SILVA, M.J.P. da; et al. Gravidez na adolescência: uso de métodos anticoncepcionais e suas discontinuidades. **Rev Min Enferm**, v. 23, 2019. Disponível em: DOI: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20190068>. Acesso em: 22 mai 2022.

SILVA, S. M. D. T. da. et al. **Diagnóstico do conhecimento dos adolescentes sobre sexualidade**. Acta Paul Enferm, v.33, p.1-7, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO0210>. Acesso em: 24 mai 2022.

VIEIRA, K.J. et al. Conhecimentos de adolescentes sobre métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis. **Rev baiana enferm**, v. 35, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18471/rbe.v35.39015>. Acesso em: 24 mai 2022.

VIEIRA, K.J.; et al. **Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes**. Esc Anna Nery, v. 25, n. 3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0066>. Acesso em: 24 mai 2022.